

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA

Desp. 8/SEJ/97. - O Dec.-Lei 15/93, de 22-1, que define o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, assume como uma das suas principais preocupações que o toxicodependente seja sancionado de forma quase simbólica, procurando-se que o contacto com o sistema de justiça sirva para o incentivar ao tratamento.

A plena exequibilidade deste diploma encontrava-se parcialmente dependente da determinação dos procedimentos de diagnóstico e exames necessários à caracterização do estado de toxicodependência, o que veio a ser realizado pela Port. 94/96, de 26-3, em respeito pelo disposto na al. a) do n.º 1 do art. 71.º do Dec.-Lei 15/93.

Os exames médicos e perícias relacionados com o estado de toxicodependência podem envolver, complementarmente à realização de exames clínicos, a realização de exames toxicológicos em amostras biológicas e de exames serológicos, para detecção de substâncias cujo consumo conduz a tal estado.

A Port. 94/96, no seu n.º 4.º, determina que é o Conselho Superior de Medicina Legal a entidade competente para pormenorizar os conteúdos dos procedimentos subjacentes a estes exames, bem como para definir as respectivas metodologias e regras de realização.

Assim:

Nos termos do art. 5.º do Dec.-Lei 387-C/87, de 29-12, e do n.º 1 do n.º 4 da Port. 94/96, de 26-3, e mediante proposta do Conselho Superior de Medicina Legal, no exercício de competência delegada pelo Desp. 133/MJ/96, publicado no *DR*, 2.ª, de 4-6-96, aprovo os procedimentos regulamentares a serem observados na realização de exames toxicológicos e serológicos necessários à caracterização do estado de toxicodependência, a que se refere a al. f) do n.º 3 da Port. 94/96.

25-3-97. - O Secretário de Estado da Justiça, *José Luís Lopes da Mota*.

Procedimentos a adoptar nos exames complementares toxicológicos em amostras biológicas e exames serológicos a que se refere a al. f) do n.º 3.º da Port. 94/96, de 26-3.

1 - Substâncias e grupos de substâncias a analisar:

1.1 - Tendo em atenção as substâncias e preparações constantes do mapa anexo à Port. 94/96, de 26-3, a pesquisa de drogas de abuso, em amostras biológicas, inclui as substâncias e grupos de substâncias indicados na tabela do anexo I.

1.2 - A tabela é actualizada sempre que tal se justifique, mediante proposta do Conselho Superior de Medicina Legal (doravante designado CSML), por despacho conjunto dos Ministros da Justiça e da Saúde.

2 - Tipos de exames toxicológicos relacionados com o estado de toxicodependência:

2.1 - Para efeitos dos exames médicos e perícias relacionados com o estado de toxicodependência, consideram-se dois tipos de exames toxicológicos complementares:

2.1.1 - Exames de triagem - exames toxicológicos iniciais destinados a determinar se a amostra biológica é negativa para as substâncias ou grupos de substâncias a analisar, tendo em atenção as concentrações mínimas indicadas na tabela n.º 1 do anexo II.

2.1.1.1 - Nos casos em que se considere que o exame toxicológico é meramente complementar do exame médico, não existindo a necessidade de prova pericial, o resultado dos exames de triagem poderá ser considerado como positivo sempre que as concentrações detectadas sejam iguais ou superiores às concentrações mínimas. Nestes casos, o recurso a outro método de triagem, para fundamentar o resultado, é considerado indispensável.

2.1.2 - Exames de confirmação - exames toxicológicos destinados a identificar a substância ou substâncias presentes nas amostras biológicas consideradas positivas nos exames de triagem.

2.1.2.1 - Os procedimentos analíticos utilizados nos exames de confirmação devem dispor da sensibilidade necessária à determinação das concentrações mínimas indicados na tabela n.º 2 do anexo II.

2.2 - Sempre que possível, para além da identificação da substância ou substâncias presentes, os exames de confirmação devem compreender a quantificação das mesmas.

2.3 - Os procedimentos analíticos relativos aos exames de triagem e de confirmação são definidos pelo CSML, a quem compete a respectiva actualização e distribuição pelos laboratórios certificados.

3 - Procedimentos de recolha de amostras biológicas:

3.1 - A recolha de amostras biológicas (urina, sangue ou soro) deve ser efectuada, preferencialmente:

Nas unidades de saúde onde ocorrerem os exames médicos relacionados com o estado de toxicodependência (por exemplo, nos centros de atendimento de toxicodependentes);

Nas unidades de saúde ou serviços médico-legais onde ocorrerem as perícias relacionadas com o estado de toxicodependência (serviços médico-legais ou unidades de saúde mental); Por médicos certificados para proceder ao acto de recolha (por exemplo, os médicos peritos de comarca).

3.2 - É pressuposto que as entidades referidas no número anterior disponham dos meios necessários ao cumprimento dos procedimentos de recolha e envio das amostras aos laboratórios certificados.

3.3 - As amostras biológicas a recolher são habitualmente de urina, podendo ser, em casos menos frequentes, de sangue ou de soro (exames serológicos).

3.4 - Quando haja reconhecido interesse, o Ministério Público pode ordenar que a recolha de amostras biológicas seja efectuada em unidades de saúde (por exemplo, nos serviços de urgência dos hospitais) ou por médicos peritos de comarca, respeitados que sejam os procedimentos de recolha, acondicionamento e expedição das amostras aos laboratórios certificados.

3.5 - A recolha das amostras deve sempre ser feita sob vigilância directa do médico que preenche o impresso referido na al. a) do n.º 3.6.

3.6 - O procedimento da recolha compreende:

a) O preenchimento de impresso próprio previsto no anexo III, com elementos de identificação do examinado, data e hora da última administração de droga, data e hora da recolha, o tipo de exames toxicológicos (triagem e ou confirmação), a substância ou substâncias a pesquisar, bem como outras informações relevantes que o médico requisitante entenda mencionar. Do impresso devem constar a indicação do laboratório requisitado a proceder às análises e um termo de responsabilidade pelo pagamento das mesmas, a ser assinado pela entidade requisitante,

b) A obtenção, preferencialmente, no prazo máximo de setenta e duas horas após a última administração da droga:

De um volume de urina entre 75 cc a 100 cc em recipiente próprio, provido de vedante interno e tampa externa; ou

No caso de exames toxicológicos em amostras de sangue ou soro (exames serológicos), obtenção de 20 cc de sangue em tubos próprios, com anticoagulante e preservante (exames no sangue), ou sem coagulante mas com preservante (exames serológicos), providos de rolha de fecho hermético;

c) A rotulagem dos recipientes contendo as amostras biológicas, por forma a permitir, de modo inequívoco, a respectiva identificação no laboratório;

d) A selagem dos recipientes de modo a garantir a sua inviolabilidade durante o período de trânsito e de conservação;

e) O envio das amostras recolhidas a um laboratório certificado no mais curto prazo de tempo possível;

f) A conservação das amostras a 4º C, enquanto se aguarda a expedição.

3.7 - Se a recolha de amostras biológicas ocorrer mais de setenta e duas horas após a última administração de drogas, os exames toxicológicos de triagem deixam de ter interesse como exames complementares de exames médicos ou de perícias relacionados com o estado de toxicodependência.

3.7.1 - Nestes casos devem ser preferencialmente requisitados exames de confirmação, para detecção de drogas de abuso em concentrações de vestígios.

3.7.2 - Nestes casos não se aplicam os níveis quantitativos mínimos, sendo o exame considerado como positivo quando for possível detectar e identificar a substância ou substâncias, mesmo em concentrações de vestígios.

3.8 - O Ministério Público deverá promover a recolha de amostras biológicas antes de decorridas setenta e duas horas após a última administração, nos postos de recolha referidos no n.º 3.1, independentemente de os exames médicos ou perícias terem lugar posteriormente.

Os resultados destes exames, ordenados directamente pelo Ministério Público, devem ser enviados à autoridade requisitante ou, por indicação desta, às unidades de saúde ou serviços médico-legais onde vierem a ser realizados os exames médicos ou perícias ordenados pela mesma autoridade.

4 - Procedimentos para envio das amostras biológicas para os laboratórios certificados:

4.1 - As amostras biológicas recolhidas devem ser enviadas aos laboratórios constantes das listagens facultadas às entidades requisitantes pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, pelo Conselho Superior da Magistratura, pela Procuradoria-Geral da República ou pelo Conselho Superior de Medicina Legal.

4.2 - As amostras devem ser enviadas a um laboratório certificado, pela via que assegure maior rapidez e maior segurança de inviolabilidade.

4.2.1 - Quando a requisição seja limitada a exames de triagem, estes podem ser efectuados em laboratórios certificados para análises de triagem ou para exames de triagem e de confirmação.

4.2.2 - Quando a requisição compreenda exames toxicológicos de confirmação e ou quantificação de substâncias, as amostras devem ser enviadas aos laboratórios certificados para realização de exames toxicológicos de triagem e confirmação.

4.3 - Para efeitos de expedição, os recipientes devem ser acondicionados em contentores apropriados que garantam a integridade dos mesmos durante o trânsito.

4.3.1 - As características dos recipientes e contentores para amostras de urina encontram-se definidas no anexo IV.

4.3.2 - As características dos recipientes e contentores para amostras de sangue ou soro encontram-se definidas no anexo IV.

4.4 - Sendo a expedição feita por via postal, tais embalagens devem respeitar as normas dos serviços postais para o acondicionamento de matérias biológicas deterioráveis.

4.5 - No contentor de expedição devem ser igualmente enviados os impressos referidos na al. a) do n.º 3.6, em envelope plástico ou impermeável.

5 - Procedimentos laboratoriais - os exames toxicológicos complementares dos exames médicos e perícias relacionados com a caracterização do estado de toxicodependência devem ser realizados em laboratórios com certificação de qualidade (laboratórios certificados). Consideram-se como laboratórios certificados os que reúnem os requisitos genéricos e específicos referidos na Normas de Boa Prática Laboratorial nos Laboratórios Certificados para Exames Toxicológicos. Sem prejuízo da sua periódica revisão e actualização

pelo CSML, consideram-se desde já como integrantes das Normas de Boa Prática Laboratorial nos Laboratórios Certificados para Exames Toxicológicos os seguintes requisitos genéricos e específicos:

5.1 - São requisitos genéricos para certificação de qualidade dos laboratórios para efeitos de exames toxicológicos complementares:

5.1.1 - O registo próprio de entradas, onde conste o número de entrada, data e hora da chegada, identificação da amostra, entidade requisitante e tipo de exames solicitados.

5.1.2 - A existência de condições de armazenamento temporário (no período máximo de sete dias) a uma temperatura de 4º C, até os exames toxicológicos serem efectuados.

5.1.3 - A existência de um sistema de controlo e garantia de qualidade intralaboratorial que assegure a viabilidade dos resultados analíticos.

5.1.4 - A existência de um sistema de segurança que garanta a cadeia de custódia no interior do próprio laboratório, por forma a evitar a troca de amostras ou a respectiva adulteração durante o seu manuseamento.

5.1.5 - A verificação de condições de apoio administrativo que possibilitem:

a) O envio dos relatórios, com os resultados dos exames analíticos, no prazo máximo de setenta e duas horas após conclusão dos exames toxicológicos ou de sete dias após recepção das amostras biológicas; e

b) O arquivo das cópias dos relatórios pelo período mínimo de dois anos.

5.2 - São requisitos específicos para certificação de qualidade dos laboratórios para efeitos de exames toxicológicos de triagem:

5.2.1 - A existência de equipamentos analíticos que permitam executar as análises de triagem de acordo com as concentrações mínimas especificados no anexo I (na urina, no sangue e no soro).

5.2.2 - A existência de um manual de procedimentos, contendo os procedimentos analíticos aprovados pelo CSML para a realização de exames toxicológicos de triagem.

5.3 - São requisitos específicos para certificação de qualidade dos laboratórios para efeitos de exames toxicológicos de confirmação, para além dos mencionados no n.º 5.2:

5.3.1 - A existência de equipamentos analíticos que permitam executar as análises confirmativas das mesmas substâncias e, eventualmente, de outras que constem do mapa anexo à Port. 94/96, de 26-3.

5.3.2 - A existência de condições de armazenamento por tempo prolongado (até seis meses a

-2º C), para as amostras já analisadas, quando tal se justifique (para eventuais análises suplementares, análises confirmativas ou contra-análises).

5.3.3 - A existência de um manual de procedimento, contendo os procedimentos toxicológicos aprovados pelo CSML para a realização de exames toxicológicos de confirmação.

6 - Custos dos exames:

6.1 - Custos inerentes à recolha de amostras biológicas:

6.1.1 - A recolha de amostras biológicas para exames toxicológicos importa custos que se consideram integrados nos custos dos exames médicos ou perícias, quando os respectivos procedimentos decorram em unidades de saúde ou médico-legais do sector público.

6.1.2 - Nas situações previstas no n.º 3.5, os actos médicos quando praticados por médicos ou pelos peritos serão pagos nos termos da tabela a ser proposta pelo CSML, em conformidade com as tabelas em vigor no Serviço Nacional de Saúde, quando tal for expressamente solicitado pelo Ministério Público.

6.2 - Os custos inerentes à expedição das amostras biológicas aos laboratórios certificados compreendem:

6.2.1 - Os encargos envolvidos com os recipientes e contentores destinados à recolha e expedição de amostras biológicas, que são da responsabilidade do Ministério da Justiça.

6.2.2 - Os encargos resultantes da expedição das amostras aos laboratórios que são da responsabilidade da entidade requisitante.

6.3 - Custos dos exames laboratoriais:

6.3.1 - O CSML submeterá ao Ministro da Justiça uma tabela de custos dos exames toxicológicos complementares, onde constem os custos dos exames toxicológicos expressos em unidades de conta (UC), de acordo com a natureza da amostra biológica, as substâncias pesquisadas e o tipo de exames.

6.3.2 - A tabela é revista anualmente, antes do início de cada ano judicial, tendo em atenção a alteração dos compostos mencionados no n.º 1 e ou a adopção de novos métodos analíticos, bem como de alterações das concentrações mínimas para exames de triagem e de confirmação.

6.3.3 - Os encargos decorrentes da realização dos exames laboratoriais são da responsabilidade da entidade requisitante.

6.3.4 - Tratando-se de segundo exame (contra-análise) a solicitação do arguido, os encargos daí resultantes são da sua inteira responsabilidade, no caso do resultado ser confirmativo do primeiro exame.

ANEXO I

Tabela n.º 1 - Substâncias referidas no n.º 1.1 a pesquisar em amostras biológicas

Substâncias ou substâncias mais frequentemente associadas à toxicodependência	Princípio activo a pesquisar
Cannabis e derivados.....	Delta-9-tetrahydrocannabinol.
Cocaína e derivados.....	Benzoilecgonina.
Ópio e derivados.....	Morfina. (São também de considerar as pesquisas de 6-monoacetilmorfina e codeína.)
Anfetamina e derivados(metanfetamina, MDMA, etc.).....	Anfetamina.

ANEXO II

Tabela n.º 1 - Concentrações mínimas definidoras de positividade nos exames toxicológicos de triagem para drogas de abuso.

Substâncias ou grupo de substâncias	Concentrações mínima (ng/ml)		
	Urina	Sangue	Soro
Metabolitos de marijuana.....	25	80	80
Metabolitos de cocaína.....	300	150	150
Metabolitos de opiáceos.....	(1) 300	(1) 100	(1) 100
Anfetaminas.....	1 000	1 000	1 000

(1) 25 ng/ml se o procedimento analítico for específico para morfina livre

Tabela n.º 2 - Concentrações mínimas definidoras da sensibilidade nos exames toxicológicos de confirmação para drogas de abuso

Substâncias ou grupo de substâncias	Concentrações mínimas (ng/ml)
Metabolito de marijuana (1).....	15
Metabolito de cocaína (2).....	100
Opiáceos:	
Morfina.....	80
Codeína.....	80
Anfetamina.....	400
Metanfetamina.....	400
MDMA.....	400

1. Ácido 11-nor-delta-9-tetrahidrocanabinol

2. Benzoilecgonina

ANEXO III

1 . Identificação do examinando

Nome:

.....

Idade:anos Sexo: F M

Nacionalidade:

Residência:

.....

2 . Última administração:

Data:/...../..... Horas:

Substância(s):

.....

.....

3 . Recolha de amostras:

Urina Sangue Soro

Hora da colheita:

.....

.....

4 . Tipo de exame toxicológico:

Triagem Configuração Doseamento

5 . Substância a pesquisar:

Marijuana (canabinóis)

Cocaína e metabolitos

Opiáceos

Anfetaminas

Outras substâncias (especifique):

.....

.....

6 . Laboratório requisitado:

.....

.....

7 . Termo de responsabilidade:

Eu abaixo assinado,

.....

....., na qualidade

de.....

, declaro que

o tribunal

de.....

.....assume a

responsabilidade do pagamento dos exames toxicológicos constantes desta requisição.

.....de.....

.....de199...

Assinatura:
.....

ANEXO IV

Kit para o transporte de amostras biológicas (sangue o urina)

(Ver Diário da República)

Este *kit* de transporte é constituído por uma caixa em polistireno estendido, com tampa e de dimensões 140 mm x 205 mm x 50 mm, moldada com os encaixes apropriados para os contentores.

Acondicionamento da amostra de sangue (A)

A.1 - Tubo em polistireno de dimensões 110 mm x 16 mm (\pm 10 ml), fundo redondo e com tampa de rosca.

A.2 - Contentor em polipropileno, para acondicionar o tubo referido no n.º 1.1 com tampa de rosca.

Acondicionamento da amostra de urina (B)

B.1 - Conjunto tipo *specimen container*, completo, de dimensões 70,5 mm x 52,5 mm, com tampa de rosca e respectiva caixa contentora.